

# 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO



**“ESTADO, DEMOCRACIA E  
DESENVOLVIMENTO”**

## ENTIDADES INTEGRANTES DO FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DE CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO - FONACATE:

**AACE** – Associação dos Analistas de Comércio Exterior  
**ADEPOL** – Associação dos Delegados de Polícia do Brasil  
**ADPF** – Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal  
**AFIPEA** – Associação dos Funcionários do IPEA  
**ANER** – Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais  
**ANESP** – Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental  
**ANFFA SINDICAL** – Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários  
**ANFIP** – Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil  
**ANMP** – Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social  
**AOFI** – Associação Nacional dos Oficiais de Inteligência  
**ASSECOR** – Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento  
**ASSINAGRO** – Associação Nacional dos Engenheiros Agrônomos do INCRA  
**AUDITAR** – União dos Auditores Federais de Controle Externo  
**CONAMP** – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público  
**FEBRAFITE** – Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais  
**FENAFIM** – Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais  
**FENAFISCO** – Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital

**SINAIT** – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho  
**SINAL** – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central  
**SINDCVM** – Sindicato Nacional dos Servidores Federais Autárquicos nos Entes de Promoção e Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários  
**SINDILEGIS** – Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU  
**SINDIFISCO NACIONAL** – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil  
**UNACON SINDICAL** – Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle  
**UNAFE** – União dos Advogados Públicos Federais do Brasil  
**UNAFISCO ASSOCIAÇÃO NACIONAL** – Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil



### CONSELHO EXECUTIVO FONACATE - GESTÃO 2010/2012

Presidente: **PEDRO DELARUE TOLENTINO FILHO (SINDIFISCO NACIONAL)**

1º Vice-Presidente (Financeiro): **CÉSAR BECHARA NADER MATTAR (CONAMP)**

2º Vice-Presidente (Administração e Patrimônio): **MARCOS LEÔNCIO RIBEIRO (ADPF)**

3º Vice-Presidente (Comunicação): **ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA (ANFIP)**

4º Vice-Presidente (Relações Institucionais): **LUIS CARLOS PALÁCIOS (UNAFE)**

Secretário-Geral: **ROBERTO KUPSKI (FEBRAFITE)**

### Coordenadora de Relações Institucionais e

**Comunicação:** Vivian Danielle Silva

**Textos:** Ary Filgueira, Felipe Trigueiro, Rafaella Feliciano e Vivian Danielle Silva

**Fotos:** Cristiano Costa

**Diagramação:** Marcos Felipe

**Contatos:** (61) 3033.1555 / 3033.1574

**E-mail:** fonacate@fonacate.org.br

# FORTALECER AS CARREIRAS É FORTALECER O ESTADO BRASILEIRO

2ª CONFERÊNCIA DAS CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO REUNIU CENTENAS DE ESPECIALISTAS, SERVIDORES E DEPUTADOS EM BRASÍLIA.

Mais de 500 pessoas debateram os rumos das carreiras públicas na Câmara dos Deputados. O Auditório Nereu Ramos ficou lotado nos dias 12 e 13 de abril de 2011 para receber a **2ª Conferência das Carreiras Típicas de Estado**. Parlamentares, servidores e representantes de sindicatos discutiram o plano nacional de desenvolvimento, a sustentabilidade do Estado, a autonomia dos órgãos públicos, a legitimação do poder público, previdência complementar,

Lei Orgânica da Administração Pública, além de assistirem a uma apresentação da realidade vivida por servidores públicos espanhóis. Ao final do evento, foi produzida uma Carta para ser encaminhada aos representantes do Poder Público e à sociedade.

“Fortalecer as carreiras é fortalecer o Estado brasileiro. Esse fortalecimento não é nada mais do que defender o Estado que presta um serviço cada dia



**“É PRECISO DISCUTIR AS PECULIARIDADES DAS CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO, COMO SUA ESTABILIDADE, A REMUNERAÇÃO DIFERENCIADA OU NÃO, UMA DIFERENCIAÇÃO NOS CONCURSOS PÚBLICOS PARA PREENCHIMENTO DOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS.”**

melhor para a população”, disse Jorge Cezar Costa, presidente do Fonacate, ao abrir o evento.

Também participaram da abertura da 2ª Conferência o vice-advogado geral da União, Fernando Luiz Albuquerque Faria, e o deputado federal Protógenes Queiroz (PCdoB/SP).

“Parabenizo a Fonacate pela realização deste evento. É nesses encontros que vocês podem dar, a cada dia, um passo importante para a profissionalização das Carreiras Típicas de Estado”, ressaltou Fernando Luiz.

O advogado da União destacou ainda que as carreiras de Estado merecem um tratamento diferenciado porque a própria Constituição reconhece os

servidores que prestam atividades exclusivas de Estado. Em seu discurso, Luiz Fernando elencou os pontos que precisam ser discutidos, principalmente, no que se refere às peculiaridades das carreiras típicas de Estado, como sua estabilidade, a remuneração diferenciada ou não, uma diferenciação nos concursos públicos para preenchimento dos seus respectivos cargos. “Essas pequenas reflexões, que são próprias das carreiras, são essenciais para que possamos alcançar a excelência das funções do Estado”, concluiu.

Com a veia polêmica aguçada, o deputado Protógenes Queiroz, que é delegado de carreira, frisou a importância da equanimidade entre os cargos exclusivos de Estado. “Por que a polícia não pode ter as mesmas prerrogativas e garantias constitucionais do Ministério Público? Ou as mesmas prerrogativas dos colegas da Receita Federal, do Fisco – que em muitos países tem o poder até maior ou equilibrado com o Judiciário?”, indagou o deputado.

Para Protógenes, valorizar as carreiras típicas é um dos pilares fundamentais de sustentação do Estado brasileiro. “Temos de trazer à luz instrumentos que nos permitam desenvolver as carreiras e, só assim, poderemos ajudar a sociedade vencer os desafios que enfrenta”, finalizou o deputado.

# CONFERÊNCIA DE ABERTURA

## O MODELO ESPANHOL

– Problemas, desafios e semelhanças. O modelo de carreiras públicas na Espanha se assemelha com o do Brasil, e esse foi o tema da Conferência de Abertura debatida por representantes da Federación de Asociaciones de Cuerpos Superiores de la Administración Civil del Estado (Fedeca), sediada na Espanha.

A vice-presidente da Fedeca, Nieves Ciruelos Carrasco, falou da experiência da entidade junto ao estado espanhol. A federação, assim como a Fonacate, luta por uma administração pública de qualidade.

Para o desenvolvimento de uma verdadeira carreira administrativa, Ciruelos defendeu a melhoria e atualização permanente dos processos seletivos de acesso às carreiras. “É preciso criar um regime específico de formação, que inclua o desenvolvimento de habilidades diretivas, o ensino de idiomas e o contato permanente com as novas tecnologias da informação”, sustentou a vice-presidente.

Como no Brasil, os servidores espanhóis também ingressam no serviço público por meio de concurso. “Nosso trabalho na Espanha é voltado para preservar o exercício das carreiras de Estado. Prestamos serviços de fiscalização,



**“NA ESPANHA, OS SERVIDORES NÃO SÃO OBRIGADOS A SE FILIAR. O GRANDE DESTAQUE É A LIBERDADE SINDICAL. PARTICIPA QUEM REALMENTE QUER FAZER PARTE DO GRUPO.”**

assistência jurídica, diplomacia, entre outros.” A vice-presidente informou que a federação, além de defender os direitos dos servidores, negocia a manutenção da reserva das funções com o governo.

O coordenador geral de ação sindical da Fedeca, Juan Carlos Lozano, contou que as representações sindicais na

Espanha surgiram a partir de uma ruptura na negociação com o governo. Lozano apresentou a legislação espanhola reguladora da atividade sindical, mostrando algumas semelhanças e diferenças se comparada ao modelo brasileiro. “Na Espanha, os servidores não são obrigados a se filiar. O grande destaque é a liberdade sindical. Participa quem realmente quer fazer parte do grupo.”

A Fedeca é uma associação de natureza profissional que integra 38 associações representativas de carreiras consideradas de Estado. “Nosso grande objetivo é a promoção dos interesses gerais e coletivos das carreiras típicas da administração central da Espanha”, arrematou a vice-presidente da federação. Esse objetivo, segundo ela, é bem semelhante ao que acontece com as federações no Brasil.



# POLÍTICA DE ESTADO

Um Estado sustentável. Foi o que propôs em seu discurso o professor e jurista, Juarez Freitas. Ele foi o palestrante do painel **“A relação entre as carreiras típicas de Estado e o poder político - aparelhamento do Estado, independência técnica e legitimidade democrática”**.

Para o docente, um país que alcança um desenvolvimento sustentado é exatamente aquele que tem instituições mais sólidas. “Instituições de Estado são indispensáveis para essa sustentabilidade”, afirmou Freitas.

Mas, o jurista disse que para atingir esse Estado sustentável é preciso, primeiramente, um serviço público de qualidade; e defendeu a independência dos órgãos e departamentos que compõem as chamadas carreiras típicas de Estado. “Pensar em um Estado sustentável é pensar para muito além do curto prazo. Estado sustentável é aquele em que haja política de Estado para além dos governos transitórios”, enfatizou.

O especialista observou que independência não significa que os órgãos deixem de se submeter a uma norma ou lei vigente e mais ampla. “Uma empresa pública como o BNDES deve obedecer a uma política pública de Estado”, exemplificou o jurista. Ele afirmou

que a regulação é que precisa ser do Estado. Para Freitas, o Ministério Público é um grande exemplo. “Porque o órgão não é partidário. Não interessa se ele não cabe na repartição clássica dos Poderes. É uma das grandes afirmações”, ponderou.

**SANEAMENTO** - O professor Juarez Freitas citou outro exemplo que promove a sustentabilidade do Estado: o saneamento. O Brasil precisa investir, nos próximos anos, cerca de R\$ 400 bilhões em saneamento. Segundo o jurista, para o devido investimento de recursos é preciso uma instituição de Estado para cobrar a efetividade do direito fundamental, ou seja, do saneamento.

“E quem vai fazer isso? São as carreiras de Estado. Uma pesquisa recente demonstrou que, para cada real que se investe em saneamento, economiza-se quatro reais”, apontou. E finalizou com a frase: “É preciso pensar as

**“ESTADO  
SUSTENTÁVEL É  
AQUELE EM QUE  
HAJA POLÍTICA DE  
ESTADO PARA ALÉM  
DOS GOVERNOS  
TRANSITÓRIOS.”**



carreiras de Estado numa nova perspectiva. Os senhores serão cobrados por isso”.

A professora da Universidade de Brasília, Leonor Moreira Câmara, debatedora do painel, disse que para se chegar a esse Estado sustentável, independente e democrático é preciso de uma administração mais organizada. “Temos que conquistar o apoio e a adesão da sociedade”, frisou.

Para ela, o objetivo é transformar uma administração em algo mais concreto, com mais transparência e menos burocracia; e concluiu destacando a importância de uma maior aplicabilidade dos direitos fundamentais, garantidos pela Constituição.

# TRANSPARÊNCIA

“É compromisso das carreiras de Estado lutar para que a transparência, acessibilidade e inteligibilidade da informação seja algo mais aberto possível. Porque, como sabemos, a transparência é o primeiro passo no caminho da minimização do risco de captura.” Essa foi a defesa do procurador de Estado e professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Gustavo Binenbojm, nas discussões do painel “O problema da captura das instituições de Estado – relações entre as carreiras típicas de Estado e o poder econômico”.

Considerando o tema bastante ousado, Binenbojm sustentou que é preciso adotar medidas para diminuir os riscos de um Estado capturado por instituições econômicas ou políticas. “A ideia que pretendo passar é que devemos ver os riscos de captura como meros possíveis incentivos econômicos ou políticos ao desvio. E entendo nesses incentivos a necessidade de preconizar reformas no Estado, sobretudo reformas ligadas as carreiras Típicas de Estado, que minimizem esse risco e coloque o Estado na busca do caminho voltado ao amplo interesse público”, ressaltou o procurador.

Binenbojm apontou fatores essenciais para diminuir os riscos da captura das entidades públicas,

dentre elas: a necessidade do incremento do grau de participação cidadã na gestão do Estado; a prestação de contas dos agentes públicos, como oportunidade de apresentarem uma exposição pública dos resultados da gestão administrativa; a profissionalização dos quadros da Administração Pública; e a consolidação de um modelo de autonomias funcionais, no qual as instituições sejam controladas pelo Estado, mas não subordinadas aos desígnios dos governantes.

**“LUTAR PARA QUE A TRANSPARÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO SEJA MAIS ABERTA, DE FÁCIL ACESSO NÃO SOMENTE AOS AGENTES PÚBLICOS BEM COMO AO CIDADÃO, É UM DEVER DAS CARREIRAS DE ESTADO.”**



Para finalizar, o procurador assegurou: “Todas essas sugestões serão reduzidas a nada se o Brasil não caminhar seriamente no campo das reformas políticas: redução dos custos das campanhas eleitorais, redução do grau de influência da máquina político-eleitoral sobre os governos que entram após as eleições.

Essa reforma, além de garantir a redução do risco de captura, é fundamental para que as carreiras de Estado trabalhem de forma técnica e autônoma, independente dos interesses políticos. E, claro, também garantirá a melhora da qualidade da gestão pública no país”.

# LEI ORGÂNICA

O professor da Universidade Federal da Bahia e presidente do Instituto Brasileiro de Direito Público, Paulo Eduardo Garrido Modesto; o desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Jessé Torres; e o procurador da República André Stefani Bertuol, foram os painelistas do tema “**Panorama da Lei Orgânica da Administração Pública - efeitos sobre as atividades típicas de Estado**”.



Paulo Modesto, que também faz parte da Comissão de Juristas do Ministério do Planejamento para propor uma nova estrutura orgânica para o funcionamento da Administração Pública Federal, lembrou que ainda não existe um projeto de lei com relação ao tema, mas apenas foi iniciado um trabalho há 18 meses, no MPOG, no qual especialistas têm se debruçado sobre um anteprojeto para o assunto. “Aproveito para informar que este anteprojeto está aberto a sugestões e aperfeiçoamentos”, enfatizou.

A autonomia dos órgãos públicos foi o destaque do discurso do professor Modesto. Para ele, “é um equívoco dizer que órgãos públicos não podem ser autônomos”. O especialista afirmou ter percebido que atualmente as

**DICA:** Confira o Anteprojeto de Lei Orgânica da Administração Pública Federal, elaborado pela Comissão de Juristas do Ministério do Planejamento no site do Fonacate, link: [www.fonacate.org.br/downloads](http://www.fonacate.org.br/downloads)



instituições públicas brasileiras têm se comportado cada vez mais de maneira independente. A tendência, segundo ele, é que esse fator ganhe mais espaço nos governos atuais e até mesmo nos transitórios.

“Os órgãos de controle interno e externo da Administração Pública não podem ser orientados a dizer sempre não. É fundamental o papel do agente fiscalizador para que ele defenda a liberdade do gestor público”, argumentou.

“Estamos vivendo um momento de dificuldade da aplicação da norma vigente. Temos uma multiplicação dos controles”, emendou Modesto.

Já André Bertuol enfatizou que um dos problemas do controle das carreiras públicas é a má-formação dos gestores. Jessé Torres também cobrou mais preparo dos gestores públicos. “Para ser gestor, ou a pessoa é muito inteligente ou ele tem a calma dos ignorantes”, ilustrou o magistrado.

# LEGITIMIDADE DO ESTADO

Emerson Gabardo, professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), foi o palestrante do painel **“Eficiência e legitimidade do Estado”**.

O professor explicou o princípio constitucional da eficiência administrativa, incluído no artigo 37 da Constituição Federal de 1998 pela Emenda Constitucional nº 19/98, e enfatizou que “a eficiência e a legitimidade do Estado nasceram como uma tentativa de alteração de modelo administrativo. Assim, se é certo que a eficiência como paradigma político-cultural não é uma novidade histórica, também não é correto que os defensores do Estado se descuidem desse poderoso instrumento de legitimação do poder político”, explicou o professor ao destacar que tal fato pode ser um perigo à Democracia.

Gabardo disse ainda que a administração pública precisa entender seu papel e atuar conforme a necessidade do Estado e não do governo. Há necessidade, então, de estreitar a Teoria do Estado, do Direito Público e do Direito Administrativo para ajudar na construção de fundamentos

para a reforma do Estado baseado na legitimidade e eficiência.

“A eficiência não é o ponto de partida, mas a chegada, que, para ser alcançada, precisa de um caminho seguro, ou seja, fundamentalmente ético e justo”, enfatizou.

Segundo Emerson Garbardo, existem dois critérios de legitimação da ação Estatal: princípios e resultados. No primeiro, o agente público realiza determinada ação que tem como justificativa os princípios legais. No critério de resultados, a Administração Pública justifica suas ações pela utilidade das mesmas.

**“A EFICIÊNCIA NÃO É O PONTO DE PARTIDA, MAS A CHEGADA, QUE, PARA SER ALCANÇADA, PRECISA DE UM CAMINHO SEGURO, OU SEJA, FUNDAMENTALMENTE ÉTICO E JUSTO.”**

Na visão do professor o grande desafio é saber qual dos dois critérios utilizar, pois muitas vezes a decisão é feita sem esta reflexão. Para ele, o melhor é ponderar às duas vertentes, e assim obter a tão clamada eficiência, que para ele nada mais

é do que soma dos meios com os resultados. “Eu discordo um pouco do discurso sobre resultados. Não devemos deixar de lado os princípios. Equilibrar os dois métodos representa a eficiência na Administração Pública”, concluiu Gabardo.



# PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O deputado federal João Dado (PDT/SP) deu início às discussões do painel “**Previdência complementar do servidor público - aspectos relevantes**”. O parlamentar falou sobre a necessidade de defender os servidores de carreira. “Sou um soldado das carreiras típicas de Estado. Precisamos nos unir, como estamos fazendo neste evento, para ter mais voz e voto, principalmente aqui no Congresso Nacional”, defendeu.

Em seguida, o professor de Direito Previdenciário, Daniel Pulino, trouxe uma rica discussão sobre a previdência complementar dos servidores públicos e membros de poder, principalmente focada no ponto de vista jurídico.

Segundo o professor, uma das principais implicações jurídicas é a possibilidade de equiparação ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). “Há uma facultatividade. Existe um juízo de conveniência política. Se o município não fizer nada, continua do jeito que está hoje. Mas, essa iniciativa é do chefe do Poder Executivo”, afirmou.



Outro ponto polêmico, de acordo com Pulino, é explicar o que é uma entidade privada de previdência de natureza pública. “Isso significa algo que não pode, necessariamente, coincidir com o conceito de uma autarquia. Se tivermos uma autarquia, essa previdência seguramente não será implementada.”



## LEI APROVADA:

O projeto de lei que cria a **Fundação de Previdência Complementar do Serviço Público Federal (Funpresp)** foi sancionado no último dia 2 de maio de 2012 pela presidente Dilma Rousseff.

A lei estabelece um teto para a aposentadoria no serviço público – os R\$ 3.916,20 previstos para funcionários da iniciativa privada. A Fundação terá a missão de gerenciar o fundo de aposentadoria dos servidores do Executivo. Outros dois fundos serão criados para os poderes Judiciário e Legislativo. O sistema será obrigatório para os futuros servidores públicos. Os atuais podem optar por entrar na Funpresp.

O texto do projeto determina que os funcionários contratados após a instituição dos fundos contribuirão com 11% sobre o teto do Regime Geral de Previdência. Quem quiser receber benefício maior, deverá contribuir para o regime complementar com um índice que ele mesmo estipular. O órgão governamental também será obrigado a pagar, em regime de paridade, mas o limite de contribuição nesse caso será de 8,5%. **(Com informações: Congresso em Foco)**

# PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

“Temos o direito e o dever de querer construir um país desenvolvido. Nem sempre as mudanças são favoráveis aos nossos propósitos. Os governos mudam. Entretanto, o núcleo dos projetos permanece porque são sustentados pela cidadania.” Com esta afirmação, o pesquisador do IPEA, Ronaldo Coutinho Garcia abriu os debates do painel sobre **“O papel das Carreiras Típicas de Estado na construção e implementação de um projeto nacional de desenvolvimento”**.

Para o pesquisador, os servidores públicos - quando organizados e comprometidos com o bem comum e com o interesse geral do povo - constituem a primeira trincheira de defesa do projeto nacional de desenvolvimento, principalmente quando mudam os governos.

“Há pouco tempo, se a gente tentasse discutir desenvolvimento social, éramos taxados de jurássicos. Democracia era entendida apenas por democracia política”, lembrou.

Já Márcio Gimene, analista de planejamento e orçamento, disse que, comparativamente, os gastos

com servidores públicos no Brasil são muito menores do que em países desenvolvidos. Aqui no país, são gastos de 8%, enquanto nos países desenvolvidos esse número sobe para 15%. “Acredito que temos dificuldade em justificar nossos salários perante a sociedade por falta de uma política de comunicação.” alertou.

O servidor Rômulo Neves, diplomata e representante Sindltamaraty, afirmou que um plano de desenvolvimento é uma ideia que tem de estar na cabeça de todo mundo para ser eficaz. “No Brasil, a gente não enxerga muito isso. Temos uma situação meio ruim frente à opinião pública. Precisamos dar um retorno para a sociedade. Não só é possível, mas é desejável e necessário.”

**“ACREDITO QUE TEMOS DIFICULDADE EM JUSTIFICAR NOSSOS SALÁRIOS PERANTE A SOCIEDADE POR FALTA DE UMA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO.”**



**CONCURSOS** – Ao final das apresentações, o público presente fez algumas perguntas aos palestrantes. Uma das questões apontadas foi a crítica a indústria de concursos públicos no país. Ronaldo Coutinho defendeu que, se existe a indústria do concurso, é porque as universidades não estão formando os profissionais que precisamos.

“O concurso é desejável. Claro que há inúmeras qualidades na seleção. Mas, por que os alunos têm de fazer cursinhos? Essa pergunta deve ser feita às universidades. Se existe essa indústria do concurso, é por conta das universidades que não estão vendo as necessidades do Estado”, concluiu o pesquisador do IPEA.

## ENTREVISTA



### JORGE CEZAR COSTA

Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado  
(Foi presidente do Fórum até julho de 2011)

#### **Qual foi a grande importância da 2ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado?**

Na verdade, é a grande oportunidade que temos de mostrar para a sociedade e para o legislativo a importância dessas carreiras para a construção de um Estado sólido, com um serviço público de qualidade que possa atender as necessidades do país. Fortalecer as carreiras é fortalecer o Estado brasileiro. Esse fortalecimento não é nada mais do que defender o Estado que presta um serviço cada dia melhor para a população.

#### **Em 2014, o Brasil vai receber a Copa do Mundo de 2014. Será que o país está preparado para receber e oferecer um serviço público de qualidade para os visitantes?**

Precisamos de um plano emergencial para enfrentar essa demanda que está muito próxima. Será necessária a formação e capacitação de servidores públicos imediatamente. Temos de estar preparados para atender os turistas e prestar um serviço público de qualidade.

#### **O Governo Federal fez um corte orçamentário de R\$ 50 bilhões e isso afetou diretamente os concursos públicos, que foram cancelados. Qual o prejuízo dessa medida?**

Nós estamos com um quadro bastante deficiente. Para piorar a situação, o governo federal cancelou a contratação de mais servidores. Corremos o sério risco de piorar a qualidade do serviço público.

Nós já reclamamos que o serviço público não é aquele que se espera. Agora, imagine se nós não suprimos essas carreiras, não suprimos esses órgãos com os servidores necessários para que as coisas aconteçam? O problema pode ficar mais sério ainda na medida em que um grande número de servidores já está em condições de se aposentar. Temos um universo de servidores muito grande em condição de aposentadoria, que estão ainda em atividade e podem sair a qualquer momento. E não temos nenhuma perspectiva que esses quadros serão supridos. Isso requer uma preparação muito antes desses eventos acontecerem.

## HISTÓRICO

O primeiro presidente do Fonacate, o desembargador Aymoré Roque Pottes de Mello, foi homenageado na solenidade de abertura da **1ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado**, realizada nos dias 10 e 11 de novembro de 2009, no auditório Petrônio Portela do Senado Federal.

“Me sinto plenamente gratificado ao ver que aquele movimento tímido do passado hoje se traduz numa árvore com raízes firmes, em busca do fortalecimento das Carreiras Típicas de Estado”, elogiou Aymoré.



**DICA:** Veja o Boletim sobre a **1ª Conferência das Carreiras de Estado** no site do Fonacate, no link: [www.fonacate.org.br/download](http://www.fonacate.org.br/download)

## GALERIA DE FOTOS

Confira os cliques da 2ª Conferência das Carreiras Típicas de Estado, realizada dias 12 e 13 de abril de 2011 no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, em Brasília/DF:





# OPINIÃO

VEJA OS RESULTADOS DAS PESQUISAS DE OPINIÃO  
REALIZADAS DURANTE A CONFERÊNCIA:

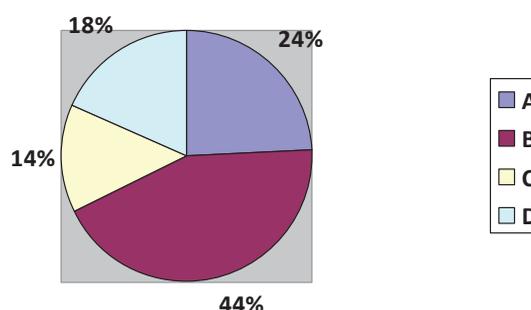
## QUAL DOS TEMAS A SEGUIR VOCÊ CONSIDERA QUE DEVE SER TRATADO DE FORMA PRIORITÁRIA PELO FONACATE?

A) Instituição da Previdência Complementar do Servidor Público;

B) Debate sobre a Lei Orgânica da Administração Pública e sua repercussão sobre as Carreiras Típicas de Estado;

C) Projetos de lei que limitam o aumento de despesas com o Serviço Público e impedem a renovação dos quadros da Administração Pública;

D) Aparelhamento das Instituições de Estado pelo Poder Político.



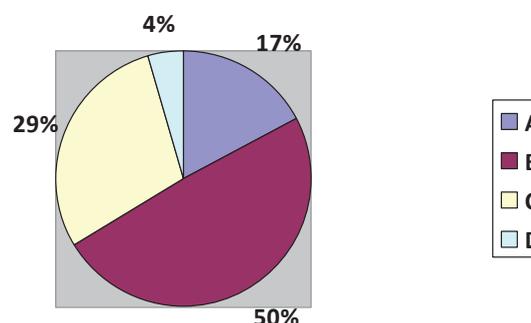
## CASO O PROJETO DE LEI 1992/2007, DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS SEJA APROVADO, QUAL LHE PARECE A MELHOR OPÇÃO PARA OS SERVIDORES RECÉM INGRESSOS?

A) Aderir simplesmente ao fundo único proposto pelo governo, englobando todos os servidores públicos;

B) Lutar para que existam fundos ou planos de benefícios distintos considerando os diferentes perfis profissionais e faixas salariais;

C) Criar um fundo de pensão por meio das associações e sindicatos (previdência instituída), a fim de que esses servidores;

D) Aplicar seus recursos na Previdência Complementar aberta, sob responsabilidade das instituições financeiras.



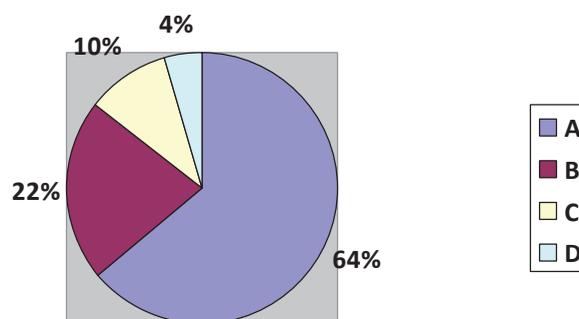
**Sobre a relação entre os representantes eleitos democraticamente pelo povo e as Carreiras Típicas de Estado, você considera que:**

A) Não pode haver nenhum cargo em comissão nessas carreiras ocupadas por pessoas de confiança de representantes políticos;

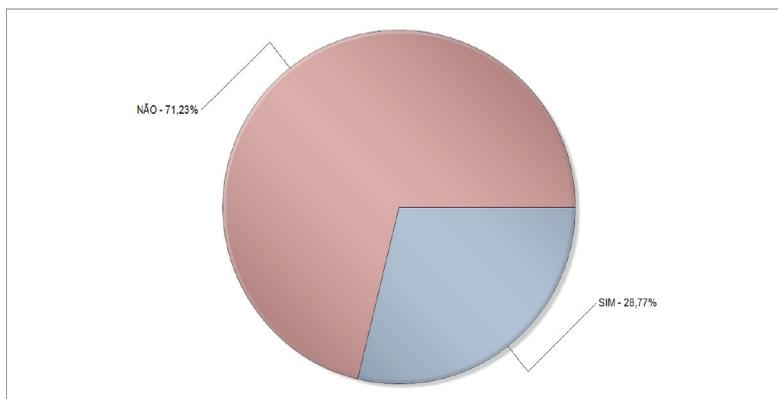
B) Apenas o cargo máximo da instituição pode ser ocupado por pessoa de confiança de representantes políticos;

C) Representantes políticos devem indicar pessoas de confiança apenas para cargos superiores, mas não exclusivamente a chefia da instituição;

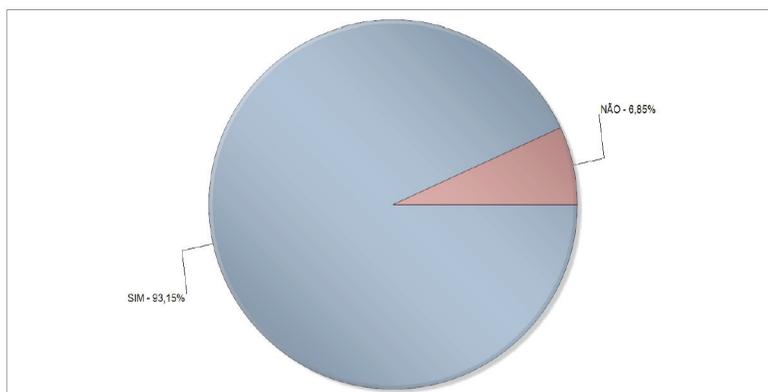
D) Representantes políticos podem indicar pessoas de confiança para qualquer cargo em comissão.



Você acha que o governo reconhece a importância das Carreiras Exclusivas de Estado?



Conhecer modelos de gestão pública e carreiras de servidores públicos de outros países faz parte do seu interesse profissional?



# CARTA DE BRASÍLIA



## 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO Estado, democracia e desenvolvimento

O Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado - FONACATE, entidade de classe que representa mais de 100 mil servidores públicos integrantes de carreiras essenciais ao funcionamento do Estado, em seus interesses comuns, concluiu hoje a sua Segunda Conferência Nacional. Nesses dois dias de evento estiveram presentes mais de 500 participantes, entre parlamentares, gestores públicos, estudiosos, membros de carreiras e outras autoridades. Foi registrada, também, a importante presença de representantes da Federación de Asociaciones de Cuerpos Superiores de La Administración Civil del Estado - FEDECA, compartilhando sua bem sucedida experiência na defesa do Estado Espanhol e das suas carreiras de Estado, unidas no âmbito da FEDECA.

No encerramento da Primeira Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado, realizada nos dias 10 e 11 de novembro de 2009, foi divulgado documento em que se declarou o compromisso do

FONACATE com a defesa do Estado Democrático de Direito e das garantias e prerrogativas essenciais ao exercício autônomo das funções desempenhadas pelas carreiras de Estado.

Nesse sentido, defendeu-se a valorização desses agentes públicos, inclusive remuneratória e na aposentadoria, como forma de se buscar a excelência na qualidade dos serviços públicos prestados à população. Identificou-se, ainda, a fragilização das Instituições de Estado, por meio da possibilidade de exoneração de dirigentes sem a apresentação de quaisquer motivações socialmente justificáveis. Por fim, destacou-se a importância das carreiras típicas de Estado para o desenvolvimento econômico e social do país, as quais devem ser estruturadas de forma permanente e com a garantia da estabilidade, características fundamentais para o exercício de suas funções com a necessária independência.

Nesta Segunda Conferência, com o tema “Estado, democracia e desenvolvimento”, debateu-se a relação dessas carreiras com o poder político, com os interesses econômicos e com a própria sociedade. Inicialmente, observou-se que o fortalecimento das carreiras típicas de Estado é essencial para o tratamento isonômico e impessoal, bem como para promover a redução da desigualdade em nosso país. Logo, todas as iniciativas privatizantes, deste ou de qualquer outro Governo, devem ser vistas como uma séria ameaça aos direitos e garantias fundamentais do cidadão.

Desse modo, as carreiras de Estado repudiam as propostas em trâmite no Congresso Nacional que buscam transferir para estruturas privadas a responsabilidade por ações atribuídas ao Estado pela própria Constituição Federal, a pretexto de busca pela eficiência. Tais propostas fragilizam o Estado e minimizam o controle sobre a execução de parcela expressiva do Orçamento Público, vinculado às finalidades públicas instituídas nas leis e na Constituição.

É necessário avaliar-se sempre a eficiência do serviço público prestado pelo Estado. Entretanto tal eficiência não se cinge a aspectos econômicos e financeiros. Ao contrário, envolve principalmente a análise da eficiência da política pública na promoção dos direitos e garantias fundamentais, algo que somente instituições de Estado realmente independentes serão capazes de promover. O controle desses resultados, ademais, deve ser feito primordialmente por meio da própria população e de outras instâncias democraticamente constituídas.

O fortalecimento do Estado não é compatível também com a política de achatamento salarial do funcionalismo público, aliada à conhecida expansão dos cargos em comissão e da sua correspondente remuneração. Os cargos de natureza política devem ser restritos à alta cúpula das instituições de Estado, e não deve envolver funções de natureza eminentemente técnica.

Por fim, o FONACATE entende que a supressão da previdência pública integral, por meio da instituição da previdência complementar do servidor público, suprime uma importante garantia das carreiras típicas de Estado, submetendo sua tranquilidade na aposentadoria aos humores do mercado. Por esse motivo, o FONACATE se declara expressamente contra a aprovação do PL 1992/2007, que em momento algum foi debatido com as entidades representativas das carreiras afetadas, e que transfere mais uma vez, para o ambiente privado, a responsabilidade por questões de natureza pública.

Brasília, 13 de abril de 2011.

# SAIBA MAIS SOBRE O FONACATE



## CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO

### O que são Carreiras Típicas do Estado?

As Carreiras Típicas de Estado são aquelas que exercem atribuições relacionadas à expressão do Poder Estatal, não possuindo, portanto, correspondência no setor privado. Integram o núcleo estratégico do Estado, requerendo, por isso, maior capacitação e responsabilidade. Estão previstas no artigo 247 da Constituição Federal e no artigo 4º, inciso III, da Lei nº 11.079, de 2004.

As carreiras consideradas típicas de Estado são as relacionadas às atividades de Fiscalização Agropecuária, Tributária e de Relação de Trabalho, Arrecadação, Finanças e Controle, Gestão Pública, Segurança Pública, Diplomacia, Advocacia Pública, Defensoria Pública, Regulação, Política Monetária, Planejamento e Orçamento Federal, Magistratura e o Ministério Público.

## O QUE É O FONACATE?

### O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - FONACATE

é uma associação civil, integrada exclusivamente por entidades nacionais associativas e sindicais, representativas das carreiras que desenvolvem atividades essenciais e exclusivas do Estado, em todos os Poderes, no âmbito federal, estadual, distrital e municipal.

O objetivo do FONACATE é defender o Estado Democrático de Direito, preservando os direitos e garantias fundamentais, individuais e coletivos, além dos princípios éticos e constitucionais da Administração Pública.

**Histórico** - A criação de um Fórum, que tivesse contornos de definitividade e de perenidade, foi disseminada ainda na discussão da PEC 40 que se transformou na Emenda Constitucional nº. 41/2003. Em março de 2006, entidades das carreiras de Estado começaram a liderar o movimento em prol da criação desse Fórum com o desígnio de reunir representantes das Carreiras Típicas de Estado e lutar por ideais comuns. Reuniões mensais, que aos poucos

somavam mais entidades interessadas no grupo, foram realizadas a partir de então.

O primeiro grande evento do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado, à época identificado sob a sigla FNPCTE, foi o Seminário Internacional de Previdência Social, realizado na Câmara dos Deputados nos dias 13 e 14 de março de 2007. O objetivo principal era lutar por uma previdência pública e integral.

O Fórum de Carreiras Típicas de Estado foi formalizado em 11 de dezembro de 2007, quando aprovou-se o primeiro Estatuto dando personalidade jurídica autônoma ao mesmo, e contou com 25 entidades fundadoras.

Atualmente o FONACATE é a entidade de classe legitimada a representar em conjunto as Carreiras Típicas de Estado, agregando associações e sindicatos que juntos alcançam mais de 180 mil servidores públicos, constituindo um canal legítimo de discussão dessas carreiras com a sociedade.

## MISSÃO

“Defender os valores constitucionais que a sociedade confiou com exclusividade ao Estado, promovendo a qualidade do serviço público e a valorização das carreiras típicas de Estado.”

## VISÃO DO FONOCATE

Ser reconhecido nacionalmente como interlocutor qualificado das carreiras típicas de Estado, contribuindo para o avanço dos temas de interesse comum do conjunto dessas carreiras e dos interesses do Estado Brasileiro.

## PRINCÍPIOS DE AÇÃO

- Trabalhar em conjunto e unir forças na defesa do serviço público de qualidade em atendimento aos interesses da sociedade;
- Defender a ética, a moralidade e a eficiência administrativa das práticas das carreiras típicas de Estado;
- Defender em todas as esferas as carreiras típicas de Estado, em seus interesses comuns;
- Atuar em todos os fóruns nos quais os interesses dos servidores filiados às entidades componentes do FONOCATE estejam contemplados;
- Fortalecer as Carreiras Típicas de Estado;
- Integrar e apoiar as ações das entidades filiadas.

## OBJETIVOS

- Promover a independência efetiva da atuação das carreiras típicas de Estado, em relação aos poderes políticos e interesses econômicos;
- Evidenciar para a população e para os servidores públicos como as atividades Exclusivas de Estado atendem aos principais valores da sociedade, protegendo-os;
- Atuar para que na Constituição Federal sejam estabelecidos recursos orçamentários específicos para a gestão das atividades Exclusivas de Estado;
- Estimular e orientar a realização de congressos profissionais dos servidores públicos integrantes das Carreiras Típicas de Estado, para a formulação de políticas, planos de ação e metas concernentes à responsabilidade institucional de suas atividades, tornando-as de domínio público;
- Despertar os servidores públicos integrantes das Carreiras Típicas de Estado para a significação e alcance social, econômico, político e estratégico do trabalho deles para o país.



# 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO

O papel das carreiras de Estado na promoção do desenvolvimento do Brasil e no combate à corrupção.

**15 e 16 de maio 2012**

**Auditório Planalto  
Centro de Convenções  
Ulysses Guimarães  
Brasília/DF**

## Entidades associadas



**Acompanhe o FONACATE nas redes sociais** e atualize-se diariamente sobre as notícias mais importantes do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado.



<http://facebook.com/fonacate>



<http://twitter.com/Fonacate>

